

executem serviço de relevância pública (art. 27, Parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/93);
RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 27, parágrafo único, e inciso IV, da Lei nº 8.625/93, bem como no contido no art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº. 057/06:
RECOMENDAR à Farmácia Extrafarma, na pessoa de seu representante legal, o seguinte:
Que a Farmácia Extrafarma, a partir da vigência da Lei Municipal nº 9268/2017, cumpra integralmente o diploma legal, inclusive quanto à disponibilização de descartômetros em unidades comerciais, bem como encaminhe mensalmente ao Ministério Público relatório das ações tomadas.
RECOMENDAR ainda à Farmácia Extrafarma, que cientifiquem ao Ministério Público Estadual, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento desta, das providências e medidas efetivadas no sentido de cumprir a orientação.
ADVERTIR que o não atendimento sem justificativa da presente recomendação importará na responsabilização, visando a resguardar os bens ora tutelados, inclusive, com a propositura de apropriada denúncia criminal pelo cometimento do crime de desobediência (art. 330 do CP).
Publique-se e Encaminhe-se às pessoas e autoridades recomendadas.
Belém (PA), 16 de fevereiro de 2017.
ÂNGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ
2º Promotora de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, em exercício.
JOANA DAS CHAGAS COUTINHO
3ª Promotora de Justiça do Consumidor de Belém.

Protocolo: 171219
EXTRATO DA PORTARIA Nº 043/2016/MP/12ªPJMAB
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000092-960/2016 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.
Portaria nº 043/2016/MP/12ªPJMAB.
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá); Ocupantes da Fazenda Mumbuca e Proprietário da Fazenda Mumbuca.
Assunto: Acompanhar situação de conflito referente à área da Fazenda Mumbuca, localizada na Zona Rural do Município de Água Azul do Norte/PA.
JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 171195
EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 000024-151/2017– MP4ªPJDPMPMA
O PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. RODIER BARATA ATAÍDE, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 000024-151/2017– MP4ªPJDPMPMA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração nº 07/2017
Data da Instauração: 03/02/2017
Objeto: Apurar possíveis irregularidades nas contratações reiteradas e sucessivas de servidores temporários pelo Hospital Ophir Loyola, sem os requisitos legais mínimos.
Promotor de Justiça: RODIER BARATA ATAÍDE
Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 171325
EXTRATO DA PORTARIA Nº 012/2017/MP/12ªPJMAB
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000076-960/2017 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.
Portaria nº 012/2017/MP/12ªPJMAB
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª

Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá).
Assunto: Acompanhar apuração de ameaças de morte a defensores dos de direitos humanos ligados à temática fundiária, nos Municípios que compõem a Região Agrária de Marabá/PA.
JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 171368
PORTARIA Nº 2.005/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Ofício nº 146/2017/7ªPJ/MP, datado de 15/3/2017,
R E S O L V E:
AUTORIZAR a Promotora de Justiça IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA, sem ônus para o Ministério Público, a se deslocar de Santarém ao município de Oriximiná, no período de 4 a 9/4/2017, a fim de participar de Ação de Cidadania para atendimento de populações indígenas e quilombolas na Comunidade de Cachoeira Porteira.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRAS-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça
PORTARIA N.º 2.007/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Ofício nº 336/2016-5ºPJP/MP, datado de 23/3/2017,
R E S O L V E:
I - DISPENSAR a Promotora de Justiça MARIA CLÁUDIA VITORINO GADELHA da função de integrante do Grupo de Atuação Especial do Ministério Público do Estado do Pará, para a tutela coletiva das demandas desencadeadas pelos impactos sociais e ambientais causados pela contaminação existente na área da Companhia Brasileira de Bauxita - CBB, no Município de Ulianópolis, designada pela PORTARIA Nº 5.969/2015-MP/PGJ, de 23/9/2015, a contar de 24/3/2017.
II - LOUVAR a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que a Doutora Maria Cláudia Vitorino Gadelha se houve no desempenho das atribuições da referida função.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRAS-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA N.º 2.002/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Ofício nº 096/2017-4ºPJDPMPMA, datado de 14/3/2017,
R E S O L V E:
I - DISPENSAR o Promotor de Justiça RODIER BARATA ATAIDE das funções de auxílio ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, do Ministério Público do Estado do Pará, designado pela PORTARIA Nº 5.235/2011-MP/PGJ, de 21/11/2011, e do Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação – CPTI, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, a contar de 17/3/2017.
II - LOUVAR a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que o Doutor Rodier Barata Ataíde se houve no desempenho das atribuições das referidas funções.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRAS-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 2.089/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;
CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E :
SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Promotora de Justiça AGAR DA COSTA JUREMA, estabelecidas pela Portaria n.º 2.088/2017-MP/PGJ, no período de 2 a 31/12/2016, a contar

de 20/2/2016, restando 12 (doze) dias para gozo oportuno.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRAS-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 11 de abril de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça
PORTARIA N.º 2.088/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;
CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E :
AUTORIZAR a Promotora de Justiça AGAR DA COSTA JUREMA a gozar 30 (trinta) dias de férias, concedidas e autorizadas pela PORTARIA Nº 7.855/2015-MP/PGJ, e suspensas, por necessidade de serviço, pela PORTARIA Nº 4.002/2016-MP/PGJ, no período de 2 a 31/12/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRAS-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 11 de abril de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça
PORTARIA N.º 2.116/2017-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o Promotor de Justiça NATANAEL CARDOSO LEITÃO a gozar 15 (quinze) dias restantes de férias, estabelecidas pela Portaria 7855/2015-MP/PGJ, e suspensas, por necessidade de serviço, pela PORTARIA Nº 5.756/2016-MP/PGJ, no período de 20/3 a 31/11/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRAS-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 12 de abril de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 171044
EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 000039-151/2016– MP4ªPJDPMPMA
O PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. RODIER BARATA ATAÍDE, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil nº 000039-151/2016– MP4ªPJDPMPMA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.
Portaria de Instauração nº 04/2017
Data da Instauração: 31/01/2017
Objeto: Apurar possíveis irregularidades no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA) em relação a desvio de funções e ausência da realização de concurso público, bem como o pagamento de auxílio-alimentação aos policiais militares.
Promotor de Justiça: RODIER BARATA ATAÍDE
Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 171300
EXTRATO DA PORTARIA Nº 011/2017/MP/12ªPJMAB
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000075-960/2017 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.
Portaria nº 011/2017/MP/12ªPJMAB
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá).
Assunto: Acompanhar apuração do homicídio do Sr. L. A. D.S. B., liderança de trabalhadores rurais, no Município de São Domingos do Araguaia/PA.
JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 171377